

A agricultura científica e a quimera da racialização na modernidade: uma genealogia global e uma percepção subtropical

Scientific agriculture and the chimera of racialization in modernity:
a global genealogy and a subtropical perception

Claiton Marcio da Silva¹

claiton@uffs.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4582-4586>

Resumo: O avanço da agricultura científica e industrial sobre florestas e territórios tradicionais vem recentemente ampliando o alcance de um conhecido drama vivenciado por populações pobres rurais há décadas, além de também chamar a atenção para o problema das mudanças climáticas. Na academia, a violência desse agro-hidro-negócio de grande escala vem sendo estudada a partir das relações entre grupos privados e a conivência dos governos. A partir deste debate, proponho uma genealogia histórica com foco nos fundamentos da violência nas práticas agrícolas sobre humanos e não humanos, como forma de argumentar que, para além do latifúndio e da escravidão, outros eventos históricos globais interferiram na produção de um paradigma agrícola racializado, hierárquico e violento. Como um dos exemplos possíveis, observo que parte das elites nacionais com domínio desse sistema de produção descende de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil justamente com o intuito de servir como mão de obra livre e para embranquecer a população do país – uma verdadeira elite “técnico-racial”, moldada a partir da pretensa melhor aclimação de europeus nos subtrópicos. Interpretados pelo Estado como exemplos de modernidade, pequenos grupos agricultores neoeuropeus foram privilegiados por uma série de eventos históricos que lhes garantiu a posse da terra e os firmou, em conjunto com descendentes dos grandes latifundiários dos tempos coloniais da região Sudeste, como alguns dos principais *players* de uma conexão global de produção de alimentos após a ditadura civil-militar. O artigo baseou-se em fontes de artigos científicos, ensaios do Pensamento Social Brasileiro e relatórios de imigração. A metodologia utilizada foi a história global conectada, em diálogo com uma genealogia histórica não cronológica.

Palavras-chave: agricultura científica e industrial, migração e agricultura subtropical, racialização e racismo, racismo e agricultura.

Abstract: The advance of scientific and industrial agriculture over forests and traditional territories has recently expanded the scope of a well-known drama experienced by poor rural populations for decades and has also drawn attention to the problem of climate change. In academia, the violence of this large-scale agro-hydro-business has been studied based on the relations between private groups and the connivance of governments. Based on this debate, I propose a historical genealogy focusing on the foundations of violence in agricultural practices against humans and non-humans, as a way to argue that,

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Programa de Pós-Graduação em História. SC 484, Km 2, Bairro Fronteira Sul, Chapecó. 89 815-899 Chapecó, Santa Catarina, Brasil. O autor agradece ao CNPq e FAPESC pelo apoio, e ao colega Leonardo Dallaqua de Carvalho pela leitura crítica dos originais.

besides latifundia and slavery, other global historical events interfered in the production of a racialized, hierarchical, and violent agricultural paradigm. As a possible example, I observe that part of the national elites dominating this production system descended from European immigrants who arrived in Brazil precisely to serve as free labor and to whiten the country's population – a veritable “technical-racial” elite, molded based on the assumption of the allegedly better acclimatization of Europeans in the subtropics. Interpreted by the state as examples of modernity, small groups of Neo-European farmers were privileged by a series of historical events, which guaranteed them land tenure and established them, together with descendants of the large landowners of colonial times in the Southeast, as some of the main players of a global connection of food production after the civil-military dictatorship. The article was based on sources from scientific articles, essays on Brazilian Social Thought, and immigration reports. The methodology used was connected global history, in dialogue with a non-chronological historical genealogy.

Keywords: scientific and industrial agriculture, migration and subtropical agriculture, racialization and racism, racism and agriculture.

Introdução: a agricultura moderna e a quimera da racialização das diferenças

A historiadora norte-americana Barbara Weinstein, ao discutir um manuscrito inédito de Mário de Andrade, demonstrou como intelectuais difundiram certa noção de superioridade paulista frente aos demais estados brasileiros². O argumento de Weinstein indica que a abordagem pós-colonial dos historiadores brasileiros adotou uma narrativa segundo a qual “Vargas não apenas operou para a centralização da política e da economia, mas também promoveu uma identidade nacional homogênea que transcendeu as variações regionais e os costumes” (Weinstein, 2006, p. 281). Portanto, a contínua saga crítica de historiadores na desconstrução do conceito de “democracia racial”, a partir de Gilberto Freyre, oblitera, na opinião de Weinstein, outras questões, como “a construção da diferença racial com base em origens regionais”, a partir de “imagens de modernidade e progresso econômico, tradição e atraso, as quais foram estreitamente interconectadas com representações de raça” (Weinstein, 2006, p. 281).

Nesse aspecto, Weinstein sustenta que a identidade regional paulista passou, nesse período, a ser associada, de maneira geral, “não apenas à indústria, à modernidade e ao progresso econômico, mas também ao embranquecimento e a uma narrativa particular na história brasileira que marginalizou o papel dos afro-brasileiros na construção da nação” (Weinstein, 2006, p. 281). Finalmente, ela propõe uma análise mais ampla de raça, racialização e racismo,

tendo como base de estudo o caso paulista, ao abordar como debates regionais articulavam pretensões superiores a partir de aspectos tão distintos à primeira vista, a exemplo da indústria ou do embranquecimento. Assim, o regionalismo paulista “tão identificado com as classes média e alta, brancas, de São Paulo, tinha pouca capacidade para sustentar uma mobilização popular” (Weinstein, 2006, p. 296). Como um dos pontos-chave, ela argumenta que essa “insistência dos paulistas em uma hierarquia, (e não em uma diversidade) de identidades regionais” foi um dos fatores que “forneceu o maior impedimento para uma cultura nacional democrática mais progressiva no início dos anos 30” (Weinstein, 2006, p. 297), com tal hierarquia se assentando sobre conceitos racializados. Desse modo, destaca que “elementos-chave na construção da identidade paulista – os tropos de civilização e modernidade – serviam facilmente para um discurso racializado sem precisar fazer referência explícita à raça e cor” (Weinstein, 2006, p. 297).

Tendo como ponto de partida a análise de Weinstein sobre o caso paulista, coloco duas questões de início, uma complementar e outra crítica: em termos de continuidade regional, a parte do território mais ao Sul em relação ao estado de São Paulo criou elementos de diferenciação complexos sobre uma possível identidade regional, por vezes em diálogo, por vezes contraposta. Como em uma leitura à contrapelo, observo que as elites regionais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a partir de ações nem sempre coordenadas, destinaram a faixa Oeste de seus territórios para um experimento social semelhante ao imaginado por seus compatriotas paulistas, lugar onde os brancos de origem europeia tomariam o

² Weinstein transcreve um trecho do manuscrito intitulado “Guerra de São Paulo”: “Os paulistas formaram dentro da raça e da Pátria uma clamorosa aberração. São Paulo era grande demais para o Brasil... O Brasil não chega bem a ser uma civilização, é uma precariedade, em grande parte de carácter equatorial, [enquanto] São Paulo é uma civilização europeia cristã, com a mentalidade, o clima, a internacionalidade, os recursos duma civilização europeia cristã” (Weinstein, 2006, p. 281).

território e formariam a parte hegemônica de um conjunto populacional – um povo branco e moderno. Ainda de maneira um tanto dialógica em relação ao projeto paulista, os instrumentos escolhidos foram, porém, outros: a pequena propriedade e o emprego de mão de obra familiar – a produção de uma prole numerosa, destinada ao trabalho livre e de pretensa subsistência. Por outro lado, tendo em vista a especificidade da discussão de Weinstein, a autora não explora algo presente na retórica de Mário de Andrade e que é fundamental para o presente texto: o papel do clima – e do meio ambiente, eu acrescentaria – na formação de uma identidade regional. Isso porque Mário de Andrade associaria São Paulo aos mais altos padrões de “uma civilização europeia cristã” (Weinstein, 2006, p. 281) também em função do clima, possivelmente considerando-o um elemento constitutivo do progresso e da modernidade.

De maneira diversa, o caso da formação moderna da região de fronteira política englobando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a Argentina – e pequenas porções do Paraguai e do Uruguai – chegou ao resultado pretendido por São Paulo a partir de outros elementos: o modelo de colonização baseado na pequena propriedade, sob um regime climático ameno e administrado pelas gerações de migrantes já ‘aclimatadas’ ao Brasil, criando uma distinção fundamental entre a autoimaginação da região Sul do Brasil como um todo e da Fronteira Sul, em particular, ironicamente contraposta inclusive aos latifúndios cafeeiros do estado de São Paulo. Outro fator distintivo da região, embora já no período pós-1945, foi a entusiasta adoção tecnológica por parte de produtores rurais, que, como explicarei mais adiante, também foi uma questão racializada pelas políticas de Estado. Portanto, articulo como a noção de clima, meio ambiente, modernização e raça representou elemento fundamental na construção de uma elite ‘técnico-racial’, que pressupõe como diversas gerações de governantes associaram a construção da modernidade na região a partir do incentivo tecnológico às populações rurais de descendência europeia.

Em termos teórico-metodológicos, construo minha análise com base tanto na produção bibliográfica sobre a modernização quanto nas suas relações com a hierarquização das raças e sua introjeção nas práticas agrícolas modernas. Esses movimentos históricos não são lineares ou geograficamente localizados em um único ponto; portanto, o desafio de incorporar variáveis de clima, meio ambiente e raça na escrita deve navegar por uma história conectada, multiespacial e não exógena, em sua totalidade (Subrahmanyam, 1997). Dessa forma, realizo uma genealogia histórico-conceitual, mobilizando algumas experiências históricas globais fundamentais

para a formação de modelos agrícolas e migratórios, que internalizaram práticas voltadas a uma hierarquização racial tanto externa quanto interna: ou seja, tanto através da formação de estruturas políticas que fazem prevalecer o privilégio da branquitude quanto por meio de invisibilidades presentes nas técnicas e tecnologias. Portanto, se a modernidade é fundamentalmente uma invenção do Ocidente (Giddens, 1991), uma história multiespacial, genealógica e conectada (Subrahmanyam, 1997) pode requerer que associações agrícolas dos Estados Unidos ou a consolidação da medicina tropical na Índia sob domínio político inglês sejam relevantes para o entendimento da construção de hierarquias na Fronteira Sul do Brasil. Mais do que um estudo de caso dos colonos sulistas, portanto, investigo as condições de produção desse campesinato que se tornou elite agrária; por isso, opto por uma narrativa não cronológica.

Para desenvolver essa discussão, aponto grandes caminhos complementares, com breves discussões necessárias relacionadas: primeiramente, discuto, em termos teóricos e historiográficos, a ideia de racionalização da silvicultura na Prússia do século XVIII e a genética norte-americana no início do século XX; em seguida, discuto como e quando os subtrópicos passaram a ser entendidos pelos modernizadores como uma espécie de zona privilegiada para aclimação de europeus e o impulso modernizador, em contraposição ou com maiores potencialidades em relação à zona tropical; finalmente, discuto, por um lado, como a modernização agrícola nos subtrópicos se relaciona com a questão racial, formando uma elite ‘técnico-racial’ e articulando os resultados da tecnificação ao investimento realizado por décadas nos (i)migrantes europeus.

Intersecções entre racismo e agricultura: um paradigma de modernização agrícola

Recentemente, o propalado sucesso do agronegócio de escala industrial em países como Brasil, Argentina, Paraguai, assim como na África subsaariana e na Ásia, tem levantado questionamentos múltiplos por parte de acadêmicos e da sociedade civil quanto aos dramáticos impactos socioambientais causados por sua expansão. Em oposição, uma recente epistemologia tem avançado na crítica sobre a distinção entre natureza e sociedade, que marca a modernidade – certamente, uma crítica que não é nova, mas com maior repercussão nas últimas décadas (Latour, 1994; Pulido, 1996). Com isso, acadêmicos e sociedade civil vêm formulando e difundindo teorias e conceitos fundamentais para a luta social, visando a uma

relação ecológica mais adequada com nossos futuros globais possível – uma ecologia política (Leff, 2015). Um conceito como racismo ambiental, por exemplo, intersecciona a análise entre dois campos de pensamento praticados de maneira distinta até bem pouco tempo, como o racismo e o meio ambiente. O avanço de grandes fazendas monocultoras sobre as terras tradicionalmente ocupadas por populações indígenas, quilombolas ou ribeirinhas exemplifica, nessa perspectiva, o racismo exercido por parte de grupos hegemônicos. E a ecologia política, como uma forma de resposta, avança na reflexão e na mobilização de grupos subalternizados e de intelectuais, objetivando “a descolonização do saber e a legitimação de outros conhecimentos-saberes-sabedorias” (Leff, 2015, p. 29). Por outro lado, o campo da História pode contribuir com uma análise mais profunda nesse sentido, indicando que a problemática pode ser mais complexa, ainda mais se almejarmos questionar as estruturas de dominação sobre as quais o agronegócio se apoia.

Nos séculos mais recentes, diversos elementos, conceitos e processos históricos globais emaranharam-se, com o intuito de ocidentalizar e expandir certa noção de modernidade adequada aos preceitos da Europa Ocidental e, posteriormente, dos Estados Unidos. Longe de ser um processo teleológico, esses processos nem sempre tiveram sucesso; como nos lembra Luíz Werneck Vianna, em países como o Brasil, a modernidade, o moderno e o modernismo foram introduzidos a partir de intelectuais separados do povo, em uma sociedade “ainda não inteiramente exposta às transformações que o avanço do capitalismo provoca, com a população majoritariamente agrária e mantida no campo sob formas de controle extra-econômicas e baseadas na dependência social” (Vianna, 1991, p. 182). Neste texto, busco percorrer um caminho alternativo: na Fronteira Sul, o sonho racista de elites europeias e das Américas consolidou uma modernidade possível fora dos centros urbanos e tendo como base justamente a modernização agrícola. A nação imaginada por intelectuais como Oliveira Viana (1938), em “Raça e assimilação”, ou seja, uma nação criada a partir de um processo de migração interna com europeus e eurodescendentes aclimatados às Américas, encontraria sua melhor versão nessa região. Enquanto as colônias criadas para receber descendentes de europeus falhavam nas regiões tropicais, como foi o caso da colônia goiana de Uvá (Silva, 2018), o Sul do Brasil concentrou um massivo processo colonizador, intensificado nas primeiras décadas do século XX, o que resultou na formação de um campesinato de origem europeia que, embora necessitasse dos saberes e das práticas socioambientais de povos indígenas e caboclos para sobreviver nessa nova fronteira, serviu também como instrumento de extermínio e de subjugação desses povos

loais, considerados avessos à modernidade (Radin *et al.*, 2016; Renk, 2000).

Esse processo já foi muito bem estudado na historiografia regional; no entanto, demonstro, a partir da intersecção entre modernização, raça e agricultura, como a noção de clima ameno, de subtropical ou de frio, foi um diferencial importante para a construção social de uma elite ‘técnico-racial’ – um trocadilho que pressupõe o interesse de eurodescendentes ou neoeuropeus, na concepção de Alfred Crosby – aderente à tecnologia. Argumento, portanto, que o modelo de pequena propriedade gerenciada a partir de mão de obra familiar, tal qual o implementado na Fronteira Sul do Brasil – e que hoje é visto como um modelo ideal até mesmo pelos movimentos progressistas –, foi construído a partir de históricas premissas racializadoras, tanto em suas estruturas externas quanto internas. Como exemplo, ao longo do século XX, foram estabelecidos diversos programas com o intuito de assentar colonos em regiões de crescente importância para o estado nacional. Nessas colônias, em muitos casos, predominou o ‘lavrador-nacional’, muitas vezes chamado socialmente de caboclo, caipira ou sertanejo (Dutra e Silva, 2017; Silva, 2015). Um modelo semelhante de colônia agrícola foi implantado nas colônias militares, no final do Império, segundo o qual os lavradores nacionais seriam agentes fundamentais para garantir a posse do território em disputa com a Argentina (Myskiw, 2016). Após o final da Guerra do Contestado (1912-1916), contudo, a perseguição e o extermínio de caboclos e de povos indígenas abriram espaços para o modelo, já mencionado, de pequena propriedade com colonos neoeuropeus. Como um epílogo para a situação atual, depois da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), esses grupos ‘aclimatados’ de neoeuropeus, juntamente com colonos japoneses e descendentes de suábios e de outros grupos assentados historicamente no Paraná, foram privilegiados pelo Estado e pelas corporações, para modernizar o Brasil Central, a Amazônia, as regiões do Paraguai e, mais recentemente, a Bolívia, a Venezuela e a África (Silva e Radin, 2015). Portanto, nesse processo, percebemos, a partir de Latour, que modernidade, moderno e modernização apresentam uma dupla assimetria: “assinala[m] uma ruptura na passagem regular do tempo”, ao mesmo tempo que “assinala[m] um debate no qual há vencedores e vencidos” (Latour, 1994, p. 15).

Mas em que sentido a modernidade se conecta ao segundo ponto do debate proposto, ou seja, ao racismo? No que diz respeito ao ‘funcionamento’ da modernidade, Michel Foucault analisa que as estruturas de poder modernas tomaram direções aparentemente opostas, as quais, na verdade, eram complementares; com isso, durante a modernidade, se explora de forma muito mais

intensa o conhecimento dos indivíduos – o governo por individuação –, objetivando o gerenciamento de suas ações em todas as esferas da sociedade. Também neste período histórico, o Estado teria desenvolvido uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população, trabalhando de forma totalizante no que se refere ao tratamento de questões relacionadas à vida e à morte de segmentos dessa população (Castelo Branco, 1997, p. 141; Foucault, 2001), seja relacionado ao número admissível de perdas em uma pandemia, seja em uma deliberada ação de extermínio em massa.

Na análise estrutural da modernidade feita por Foucault, ele localiza no século XIX o que chamou de ‘racismo de Estado’ e discute a relação desse momento histórico com a biopolítica – essa condição de relativa estabilidade, da qual o organismo necessita, teria sido criada pelo Estado com o intuito de realizar suas funções adequadamente para o equilíbrio do corpo para a vida, mas também para o processo de direcionar para a morte. Com isso, a partir da biopolítica, designou-se a formulação de ‘como fazer viver e deixar morrer’. Para Foucault, portanto, esse é o momento em que o racismo se consolidou como um dos mecanismos inseridos no Estado a partir da emergência do biopoder. O poder no campo biológico, portanto, se incumbiu de hierarquizar ou distinguir as raças e, no interior de um determinado domínio, defasar umas em relação às outras, “fragmentar, fazer cesuras nesse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (Foucault, 2012, p. 305). Finalmente, nesse momento da modernidade, significaria que “a morte da raça ruim, da raça inferior”, ou do degenerado, “é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (Foucault, 2012, p. 305). Ponto fundamental para nossa discussão, no entanto, é como o racismo, conectado ao exercício de matar por parte do Estado, aparece de maneira mais evidente nos domínios coloniais: “o racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador”. Diante de uma possível necessidade de aniquilar populações, no modo do biopoder, isso seria possível “através dos temas do evolucionismo, através de um racismo” (Foucault, 2012, p. 305).

Mas como a agricultura moderna incorporou uma forma de “fazer viver e deixar morrer” em suas práticas? Na verdade, podemos localizar dois eventos importantes com uma profunda interlocução a partir da moderna silvicultura prussiana, originada no século XVIII, e o interesse de *farmers* norte-americanos pela genética, em fins do século XIX e início do século XX. Antes de mais nada, a agricultura industrial moderna incorporou certas formas de conhecimento e de controle que requerem, tal como James Scott demonstrou sobre a silvicultura moderna, instrumentos de simplificação da realidade, como

os mapas, tornando o fenômeno que está no centro do campo de visão muito mais legível e, portanto, muito mais suscetível a medições cuidadosas, cálculo e manipulação (Scott, 1995, p. 131). As simplificações propostas inicialmente pela moderna silvicultura prussiana do século XVIII transformariam não apenas as terras em riquezas iniciais do Estado; as florestas também foram transformadas em ativos fiscais importantes e, portanto, sobre elas recaiu um processo de aplicação de saberes, objetivando a individualização das espécies e a exploração daquelas consideradas mais vantajosas (Scott, 1995, p. 218). Aos poucos, em países como Alemanha, França e Estados Unidos, certos princípios de racionalização da silvicultura moderna passaram a ser aplicados na agricultura, justamente selecionando bactérias, fungos, plantas e animais que poderiam ser modificados para aumentar a escala de produção – além de sua distribuição racional no espaço, como o distanciamento recomendado entre cada planta disposta em uma monocultura. Por volta da segunda metade do século XIX, os países acima mencionados apontavam para a cientificação das práticas agrícolas através de sua institucionalização em universidades e centros de pesquisa.

Em fins do século XIX e início do século XX, a experiência de associações norte-americanas e movimentos políticos forneceu outro ponto de conexão entre raça ou, mais especificamente, sobre genética e eugenia, modernidade e agricultura. Em texto sobre a *American Breeders' Association* (ABA), Barbara A. Kimmelman descreve essa como a primeira organização nacional baseada na promoção da pesquisa genética e eugênica nos Estados Unidos. Fundada em 1903, incluiu entre seus membros alguns criadores comerciais, professores em faculdades agrícolas e em estações experimentais, além de pesquisadores do Departamento de Agricultura dos EUA. Kimmelman argumenta que o estudo da ABA revela relações históricas entre a genética agrícola e a eugenia, tanto institucionalmente como intelectualmente – até então abordadas de maneira separada. As contingências do cenário agrícola explicariam a adoção de ferramentas de pesquisa e projetos científicos particulares por parte dos geneticistas, principalmente o mendelismo, a biometria e os fenômenos citológicos relacionados à herança (Kimmelman, 1983, p. 165).

A partir da atuação de figuras como o Secretário Assistente de Agricultura Willet M. Hays, Kimmelman observa como a aceitação de ideias raciais eugênicas por parte dele teria influenciado a escalada do movimento eugênico a um lugar de destaque dentro de uma organização nacional de cientistas e reformadores sociais (Kimmelman, 1983, p. 165). Por exemplo, em um discurso realizado no encontro anual dos *Farmers'*, em New Orleans, em 7 de novembro de 1912, posteriormente publicado no *Journal*

of *Heredity*, Hays defendeu que os princípios da eugenia a partir de Mendel fossem instrumentalizados para o mundo rural: primeiramente, seria necessária a eliminação do princípio de 'geneticamente muito ineficiente'; em segundo lugar, era preciso fazer a prevenção dos indivíduos que poderiam perpetuar a fraqueza na raça; e, finalmente, a produção de famílias relativamente maiores, caracterizadas pelo social e individualmente eficiente, e a defesa de famílias relativamente menores por parte dos menos eficientes (Hays, 1913, p. 15). O campo foi interpretado por Hays e por outros atores sociais de forma semelhante ao *Country Life*, programa iniciado durante o governo de Theodore Roosevelt, com o intuito de reformar o meio rural. Hays considerava o campo como o 'lar da raça', acreditando que, após reformas que diminuíssem a desigualdade entre os meios rural e urbano, a raça melhoraria fisicamente, intelectualmente e geneticamente; finalmente, ele dizia que o meio rural continuaria a ser o "melhor lugar para o melhor da raça" e que os melhores se multiplicariam para tornarem-se "o todo da raça" (Hays, 1913, p. 19). Em sentido semelhante, o botânico, entomologista e agrônomo norte-americano Orator Fuller Cook defendia, nas páginas do mesmo periódico, que os princípios de liberdade e independência, inspiradores do início da vida nacional, tinham o campo como sua verdadeira casa (Cook, 1928, p. 442).

Se, em nível nacional, as associações agrícolas repercutiam de certa forma os pressupostos etnocêntricos ou racistas presentes na sociedade dos Estados Unidos, em nível internacional, a questão seria ambivalente: com o interesse do país em Cuba (1898-1902 e 1906-1909), nas Filipinas (1898-1946), mas também na China, amalgamou-se um período de subjugação de países estrangeiros com uma intensa agenda de pesquisa e experimentação agrícola. Como uma espécie de ensaio neoimperial para as décadas subsequentes, missionários agrícolas difundiam seus conhecimentos na China, por exemplo, a partir da atuação de associações ou do Departamento de Agricultura (Stross, 1986, p. 40). Por outro lado – e aqui se apresenta a contradição desse processo –, como nos chama a atenção Michael Adas, a presunção por parte de movimentos progressistas de que os obstáculos que impediram o cumprimento da missão civilizadora dos Estados Unidos não estavam culturalmente fundamentados na raça deu grande impulso a esquemas ambiciosos para o desenvolvimento da recém-colonizada Filipinas. A evidência de realizações significativas nos esforços materiais por parte desses povos asiáticos e latino-americanos teria incentivado os agentes de expansão americana a modificarem as restrições racistas que eram difundidas nos próprios Estados Unidos na época. Esses grupos, portanto, teriam superado suposições racistas ao privilegiarem características culturais mais

mutáveis, como as realizações materiais passadas de um povo ou sua suposta capacidade de adquirir conhecimento ocidental e operar máquinas 'modernas'. Finalmente, desde meados do século XIX até o século XX, ainda segundo Adas, essa vontade de ignorar o ceticismo racista também reforçou a convicção de numerosos missionários e filantropos de que a China 'decadente' poderia ser rejuvenescida com infusões suficientes de educação, ciência e tecnologia ocidentais (Adas, 2006).

Personalidades como Hays e Cook representavam na ABA ou no *United States Department of Agriculture* (USDA) a tentativa de adotar e difundir a emergente genética e a eugenia de forma ampla sobre o meio rural e a agricultura. Ambos acreditavam que a vida rural deveria ser reformada, que os habitantes do campo deveriam ser melhor selecionados, para que a nação pudesse retomar um passado glorioso, simbolizado pelo mito do pioneiro. Em resumo: combinavam uma abordagem ambiental em que a reforma do meio rural possibilitaria habitantes mais saudáveis, com uma abordagem biológica, em que a população poderia escolher as características desejadas para suas próximas gerações. Mais recentemente, Gabriel Rosenberg abordou essas relações a partir da noção de biopoder, e, com isso, chegamos ao ponto decisivo desta seção: segundo Rosenberg, a agricultura pode ser efetivamente definida como o espaço administrado para a reprodução e a destruição da vida não humana para a expansão da vida humana qualificada – e eu acrescentaria que isso ocorre a partir da seleção das características desejáveis e padronizáveis para garantir sua reprodutibilidade. Os espaços agrícolas, de acordo com Rosenberg, devem ser reconsiderados como paradigmaticamente biopolíticos. Dada também a primazia do colonialismo e da escravidão como formas de organização agrícola, esses processos históricos devem ser abordados como um laboratório para orquestração biopolítica multiespecífica. E esta biopolítica da agricultura é o primeiro plano para os elos que persistem – aquelas tecnologias vitais de vida e morte, raça e sexo –, unindo, ainda, outros animais aos humanos (Rosenberg, 2016, p. 70).

Portanto, considero que esse momento da história agrícola dos Estados Unidos, com o cruzamento entre genética, eugenia e procriação – *breeding* –, além da *hubris* tecnológica e dos sentimentos sociais de superioridade, é constitutivo básico da agricultura científica e industrial – talvez tão fundamental quanto a noção de controle sobre a natureza ou a produção alimentícia. Para além do *Country Life*, esses pressupostos de que um mundo melhor seria possível a partir da seleção das características desejáveis a agricultores, animais, plantas e meio rural foram absorvidos pelas nascentes políticas de nacionalização, como o *Smith-Lever Act*, de 1914, que instituiu um sistema na-

cional de extensão rural – entendido até a década de 1980 como a conexão entre o saber científico e a propriedade rural. Assim, próximo de Rosenberg, em um contexto de intenso debate entre progressistas, missionários e eugénistas, as concepções divergentes sobre os rumos da nação se cruzavam e convergiam no papel da agricultura como pilares fundamentais para o sucesso do país.

Nesse aspecto, o complexo modelo agrícola científico-industrial, consolidado nos Estados Unidos entre fins do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, modificou-se ao longo do tempo, incorporando preceitos científicos alemães ou explorando o potencial econômico de plantas tropicais, por exemplo. Por outro lado, algumas características mantiveram-se como uma base paradigmática, utilizando-me novamente dos termos de Rosenberg: o domínio e a seleção de características desejáveis sobre os não humanos, assim como o indicativo de que, para o trabalho agrícola, não seria desejável a ‘raça ruim’, mas justamente os organismos mais adaptáveis aos preceitos da modernidade³. O ponto importante para meu argumento persegue a ideia de como ambos os processos oriundos tanto da silvicultura quanto da genética criam situações incorporadas nas décadas seguintes pelo *agribusiness*: James Scott definiu que as novas formas de posse da terra, incentivadas pela silvicultura e pelo esquadramento do território, foram ‘muito mais revolucionárias’ do que todas as formas de impostos até então vigentes no século XVIII. Para o autor, as populações rurais pobres, desde então, passaram a enfrentar novos especialistas poderosos, sob a forma de escriturários de terras, agrimensores, juízes e advogados cujas regras de procedimento e decisões eram desconhecidas (Scott, 1995, p. 218). Embora a *plantation* clássica dos tempos coloniais tenha feito prevalecer esse pressuposto, aqui procuro percorrer um caminho alternativo: não há novidade em afirmar que a utilização desse aparato é baseada em uma experiência escravocrata e, portanto, racista como princípio. Sua novidade, como veremos, repousa justamente na ideia de que pequenas propriedades de agricultura familiar estão isentas dessas relações de poder – à primeira vista, muito próximas da concepção de ambiente rural de Hays e Cook. No que

se refere à genética, os agricultores norte-americanos se aprofundaram cada vez mais na ideia de melhoramento de características ou linhagens. Com isso, temos, a partir desses dois eventos históricos, uma conjunção de um ‘fazer viver e deixar morrer’ de diferentes características: um externo, ou seja, um programa coercitivo para expulsão de camponeses, por exemplo, e um interno, indicando quais organismos deveriam ser preservados e quais deveriam ser aniquilados. Apenas a título de contraposição, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, outros projetos de um modernismo alternativo (Saraiva, 2016) foram gestados, mas não se tornaram predominantes, como os projetos de alimentação orgânica na Alemanha nazista (Uekötter, 2014) e na Itália fascista (Saraiva, 2016).

Caminhando para uma síntese desta seção, os pressupostos apresentados até aqui, como modernidade e modernização, e suas relações com a questão racial e a agricultura, historicamente foram gestados na Europa Ocidental e posteriormente nos Estados Unidos, entre o século XVIII e início do século XX, durante a ascensão do colonialismo e do imperialismo⁴ – época de intensa luta anticolonial. No período que compreende as décadas finais do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, as crenças no melhoramento social, baseadas tanto no diagnóstico etnocêntrico quanto na prescrição eugênica, se espalharam também para o domínio dos não humanos, em um período em que a genética e a *breeding* demonstrariam certas possibilidades para que os entusiastas aplicassem seus resultados na melhoria ou eliminação das ‘raças inferiores’, no que se refere a humanos ou a bactérias, animais ou plantas.

Para encerrar esta seção, é fundamental dizer: nessa primeira onda de modernização, é difícil conceber que tenha existido uma massa popular de habitantes locais interessada em levar os preceitos da modernidade adiante; portanto, esse projeto exógeno de elites intelectuais, científicas, literatas ou governamentais teria dificuldades de manter os subalternizados sob controle, principalmente nos trópicos. Adiante, mostro que, após a Segunda Guerra Mundial, o processo de modernização dos trópicos e dos subtropicais das Américas, incluindo aqui a utilização da agricultura, mobilizou verdadeiros exércitos entre a

³ Duas questões devem ser brevemente mencionadas: esse processo de construção da agricultura científica e industrial foi muito forte e liderado pelos Estados Unidos; por outro lado, geneticistas, eugénistas e seus entusiastas relacionavam-se com pesquisadores de terras distantes, como Salvador de Toledo Piza, e Octávio Domingues, da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), de Piracicaba. Portanto, embora a ESALQ seja, junto com a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais, uma das mais importantes instituições no desenvolvimento agropecuário brasileiro, o paradigma norte-americano teria se consolidado somente após a Segunda Guerra Mundial, a partir da criação da Associação de Crédito de Assistência Rural (ACAR) (Silva, 2015). Segundo Wegner (2017, p. 84), “com base em suas pesquisas genéticas com animais e plantas, Domingues e Salvador de Toledo Piza, pesquisadores da Escola, se aproximaram de Renato Kehl e tiveram importante atuação no *Boletim de Eugenia* (1929-1933). Contudo, partindo das mesmas concepções mendelianas em genética, os dois autores tiveram posições antagônicas no que diz respeito à miscigenação, pois, enquanto Domingues a considerava plenamente saudável, Toledo Piza a julgava degeneradora da raça”. Sobre a ESALQ, ver também Habib e Wegner (2014). Sobre as possibilidades de abordagem da eugénia, ver Stepan (2005).

⁴ “A empresa monocultora foi o motor da expansão europeia. As chamadas *plantations* produziram a riqueza – e o *modus operandi* – que permitiu aos europeus dominarem o mundo. Fala-se em tecnologias e recursos superiores, mas foi o sistema de *plantation* que tornou possível as frotas marítimas, a ciência e mesmo a industrialização. As *plantations* são sistemas de plantio ordenado realizado por mão de obra de não proprietários e direcionados à exportação. As *plantations* aprofundam a domesticação, reintensificando as dependências das plantas e forçando a fertilidade. Tomando de empréstimo da agricultura de cereais promovida pelo Estado, investiu-se tudo na superabundância de uma só lavoura” (Tsing, 2015, p. 189).

população de origem europeia. Antes disso, porém, início a segunda parte deste artigo, demonstrando a complementaridade e a diferença dos subtrópicos em relação ao clima e ao ambiente, com o elemento que mais desafiou os modernizadores: os trópicos.

Sertões globais: a invenção dos (sub)trópicos

Como discuti anteriormente, a interpretação anglo-saxã de que a vida nos trópicos seria tão fácil que causaria a preguiça dos nativos, foi constitutiva de um arcabouço maior de práticas de modernização. E, de certa forma, uma interpretação colonial sobre os povos indígenas norte-americanos gestada durante a conquista do Oeste – a ideia de que os trópicos e sua abundância fizeram com que os habitantes dessas terras não aproveitassem uma diversa gama de recursos, como minerais ou a madeira (Adas, 2006, p. 42) – é facilmente observada nas representações de técnicos norte-americanos sobre os territórios da América Latina ao longo do século XX (Silva, 2015). Portanto, mais do que uma simples representação conceitual de eventos climáticos pertencentes a um mundo natural, os conceitos de trópico, subtrópico ou de zonas temperadas se conectam a objetivos políticos e sugerem padrões específicos de civilização.

Em uma pretensa conceituação técnica, trópico se refere a climas megatérmicos, localizados entre o trópico de Câncer e o trópico de Capricórnio, caracterizado por apresentar temperaturas frias, acima de 18 graus Celsius, ausência de inverno e ter forte precipitação anual. Na literatura científica e política dos séculos XIX e início do século XX, é possível observar a construção de noções de trópico a partir de sua associação com infertilidade, doenças, indolência e atraso; com essas representações fortemente arbitrarias, o esforço colonial intentou a criação de um mundo desenvolvido nas regiões tropicais – embora seu resultado mais concreto tenha sido criar exatamente um mundo diverso daquele, híbrido ou, na retórica do século XX, subdesenvolvido. Em termos de geopolítica, portanto, se sobrepujarmos um mapa que represente o chamado mundo desenvolvido, industrializado, ele se situará predominantemente nas zonas temperadas; isso porque, historicamente, os trópicos representaram um desafio ao pensamento ocidental, pelas dificuldades de transposição de seu modelo civilizatório (Subrahmanyam, 1997). Por essa razão, entendo que é necessário discutir brevemente sobre o espaço que os trópicos ocuparam no pensamento anglo-saxão nos – talvez – últimos 150 anos. Isso porque, como discuto a seguir, utilizo a noção de subtrópico de maneira complementar, ou seja, um

regime interpretativo caracterizado por elementos como ausência – de doenças ou males que tipificam os trópicos ou, ainda, por ser um termo ausente nas interpretações sobre o território brasileiro, representado sobretudo pela sua tropicalidade –, como ‘oposição complementar’ com os trópicos – oposto pelas possibilidades civilizatórias que apresenta, mas que não se distingue ou se separa física e imaginariamente dos trópicos. E, finalmente, pela incompletude ou devir – um ambiente que ‘ainda’ não é, mas pode se tornar tão próspero quanto as zonas temperadas. Posto isso, discuto a seguir brevemente a noção de trópico a partir de sua relação climática, ambiental e racial.

Nesta parte inicial da seção, abordo a interpretação dos trópicos como forma de entender a relação entre raça, atraso e doença – e, portanto, como chave interpretativa fundamental para comparação com os subtrópicos. A construção social da ideia de trópico no Brasil é bem representada em “Os sertões”, o clássico livro de Euclides da Cunha, publicado originalmente em 1902. Em sua narrativa, ao se distanciar da costa brasileira, afirma o autor, “as florestas mascaram vastos territórios estéreis, retratando nas áreas desnudas as inclemências” do calor exageradamente extremado. Adentrando nos sertões tropicais, “quebra-se o encanto de ilusão belíssima”, pois a “natureza empobrece-se; despe-se das grandes matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime” (Cunha, 1905, p. 72).

Exceto, talvez, pela posição otimista de Afonso Celso (1900), uma interpretação euclidiana que se associa à imagem dos sertões semiáridos da Bahia predominou sobre os trópicos, principalmente na literatura médico-sanitarista e nas representações sobre o mundo rural: o clima inóspito, o ambiente infértil, a *plantation* colonial, a escravidão e o domínio português, por séculos, teriam criado uma sociedade avessa ao trabalho agrícola moderno, sobretudo neste ambiente. O meio rural e a agricultura aproximaram-se fundamentalmente das noções de doença, abandono ou atraso. Este pensamento teria influenciado significativamente a produção literária e sociológica brasileira (Santos, 1985, p. 198), fazendo de Euclides da Cunha um autor fundamental não somente para os debates do início do século XX, mas também para a Sociologia (Jackson, 2001, p. 135). Desse modo, o Brasil e sua realidade rural necessitariam de reformas; só assim, o interior do país passaria a ser incluído desde o início do século XX em projetos que tanto propuseram quanto opuseram modelos de organização do Estado e da nação (Santos, 1985, p. 196-198).

O Brasil não obteve o avanço desejado pelas elites litorâneas na substituição do trabalho escravo pelo do imigrante europeu e asiático – contemporâneo do advento da República (Holanda, 1994, p. 204-208). É neste

sentido que – embora ambíguos e não possuindo fronteiras totalmente delimitadas – os projetos de construção desta identidade passavam por: a) um ‘Brasil moderno’, inclinado a procurar uma forma de solucionar o ‘atraso’ através de um processo de europeização; ou b) na linha de “Os sertões”, uma segunda corrente procurava ‘recuperar o interior’. Os intelectuais começaram a rever ou a desenvolver teses sobre a busca de uma nação nos sertões: Alberto Torres entendia que a verdadeira vocação do Brasil estava na agricultura; os sanitaristas Belisário Penna e Artur Neiva publicariam seu relatório originado a partir da expedição médico-científica do Instituto Oswaldo Cruz, denunciando as péssimas condições de vida no interior do país e o abandono do homem rural por parte do Estado (Santos, 1985, p. 198). A expedição realizada em 1912 revelaria, então, “um país com uma população desconhecida, atrasada, doente, improdutivo e abandonada, e sem nenhuma identificação com a pátria” (Hochman, 2006, p. 64), e serviu, posteriormente, como uma redescoberta do Brasil, que mobilizou intelectuais e políticos (Hochman, 2006, p. 66) ainda na Primeira República.

Por vezes, o relatório descreveu a população de forma negativa, por exemplo: “a grande mudança está na atribuição de responsabilidade pela apatia e pelo atraso. Seria o governo, e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, o grande culpado pelo abandono das populações à própria sorte”, impactando profundamente na atuação da Liga Pró-Saneamento, entre 1918 e 1920 (Hochman, 2006, p. 64).

Esta imagem por vezes negativa – fundamentada no indivíduo ou na raça – das populações do interior encontraria no escritor paulista Monteiro Lobato uma referência. Segundo o narrador das desventuras de Jeca Tatu, no livro “Urupês”, este caboclo representaria, inicialmente, uma espécie de “parasita da terra”, de “homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças” (Lobato, 1994, p. 77; Hochman, 2006, p. 62-71; Lima, 1999, p. 133-150), fazendo a natureza virar cinzas. Com a Liga Pró-Saneamento, entre 1918 e 1920, aos poucos, entendeu-se que o problema não estaria mais na raça ou no indivíduo, como apontou a fase inicial de Jeca Tatu – e não a ressurreição do Jeca no livro “Problema vital” –, sendo necessário desenvolver a saúde dos habitantes da zona rural através de um amplo processo de saneamento.

Por outro lado, entusiastas da agricultura moderna revelariam uma visão mais otimista sobre o possível papel dos caboclos nesse processo. Opondo-se à representação inicial do homem do campo enquanto um preguiçoso, o Diretor de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, durante a década de 1940, Carlos Borges Schmidt, apontou que “críticas

as mais mordazes e descabidas já foram feitas ao nosso caboclo, na figura ridícula de um degenerado qualquer” (Schmidt, 1946, p. 62). Mesmo com condições adversas, o caboclo “luta bravamente”, de acordo com Schmidt. “Sobre ser um herói da terra”, continua, “o caboclo é, além do mais, uma vítima das próprias circunstâncias. Mal alimentado, doente, andrajoso e quase ao desabrigo, não é possível exigir, do nosso homem da roça, mais do que produzir”. Em uma vertente euclidiana, Schmidt concluiu que, vencendo estas barreiras, talvez poderiam “se revelar novas aptidões e capacidades até então pouco conhecidas” (Schmidt, 1946, p. 64).

Na constituição da agricultura tropical, portanto, a questão se colocava a partir de duas vertentes: a euclidiana, que acreditava que o problema fundamental estaria no amparo às populações rurais por parte do Estado – o que incidiu sobre a ascensão de uma crítica do latifúndio e da escravidão como bases da formação do modelo agrícola tropical no Brasil – e outra, representada pelo Jeca Tatu de “Urupês”, que apostava grande parte de suas convicções na substituição da população local de caboclos, caipiras e sertanejos por imigrantes europeus. Como discuto adiante, ambos os ideais ganharam forma em projetos de colonização, alguns com os chamados lavradores nacionais – um conceito menos racializado e pejorativo do que o de ‘caboclos’, conforme utilizado nos estudos rurais – e outros com europeus e seus descendentes. Em comum, a interpretação sobre as dificuldades de vencer o ambiente para estabelecer uma agricultura eficaz, em função do calor, da infertilidade do solo, das pragas e das doenças.

Assim, os trópicos brasileiros e de outros continentes definiam-se como um grande problema também para a agricultura. Diante da predominância de interpretações depreciativas em relação aos trópicos, intelectuais e políticos observavam com certa expectativa os projetos de colonização implementados na região Sul do Brasil, como observei a partir de Oliveira Viana (1938). Mesmo com esse interesse, porém, considero que os subtropicais foram subjugados no mosaico imaginário que compôs o Brasil enquanto nação – com marca regionalista mesmo durante o Estado Novo, como afirmou Weinstein.

Enquanto a política e a economia integravam a parte Oeste do Brasil meridional – através, por exemplo, do comércio de gado com a Argentina, do extrativismo de erva-mate nas regiões de fronteira com o Paraguai e, após a Guerra do Contestado, com a incorporação política por meio da criação de municípios em 1917 (Radin *et al.*, 2016) –, poucas características das fronteiras do Sul se incorporaram à imaginação nacional, sugestionadas pelos relatos de naturalistas ou por expedições científicas feitas pelos sertões. Se considerarmos o interior do Brasil como um Oriente, na acepção de Edward Said (1996), essa

região de fronteira funcionaria como um Oriente ainda mais desconhecido. Àquela época, como uma forma de luta contra os males tropicais, alguns governos situados do outro lado do planeta buscavam modificar artificialmente parte de seus territórios como forma de impor um subtropical salubre; por exemplo, entre 1933 e 1936, a região soviética de Sochi, e seu ambiente natural caracterizado pela malária, considerada atrasada e subdesenvolvida, passou por uma transformação notável. O Estado Soviético se comprometeu a transformar esse ambiente em um local salubre e, portanto, subtropical, abrigando balneários, com termas saudáveis, que banhariam os trabalhadores do regime. Os subtropicais soviéticos foram, desse modo, inventados, enquanto, no Brasil, eles foram conquistados e reinventados, como afirmo adiante (Conterio, 2015).

Da passagem do século XIX para a Segunda Guerra Mundial, a região Sul do Brasil, e sua sobreposição ao conceito de subtropical, rendeu, em grande parte, apenas debates secundários, demonstrando certo desconhecimento do território e das suas populações ou um interesse exótico por fenômenos climáticos característicos, como a neve, a geada ou o frio intenso. Ou seja, enquanto as características dos sertões tropicais, situados nas atuais regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, ecoavam por meio de intelectuais e de ‘homens da ciência’, como Rondon, os campos e as florestas subtropicais ficavam de fora na construção de uma imaginação nacional – um não lugar.

Por essa razão, pairou sobre a interpretação nacional uma espécie de subtropical metafísico, uma fronteira civilizatória possível, onde predominaria uma espécie de ‘ausência positiva’: ausência de doenças e degeneração em um não lugar – embora vizinho e, portanto, complementar aos trópicos, singular. Essa ‘oposição complementar’ aos trópicos apresentava, desde o início da colonização germânica e italiana na Serra Gaúcha, intensificada na segunda metade do século XIX, um potencial civilizatório pelo entusiasmo de reprodução do ambiente europeu. Nesse raciocínio empregado por intelectuais e por elites políticas, tanto nacionais como regionais, a faixa subtropical que compreende a região interiorana dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e, a partir de 1917, de Santa Catarina serviu como uma espécie de ‘fundo territorial’ para o exercício de uma nova fase do colonialismo nas Américas: o incentivo da ocupação desse ‘Oeste/Oriente’ a partir de descendentes de italianos, alemães e poloneses, assentados em um modelo de pequena propriedade em que a forma de trabalho e economia girava em torno da mão de obra familiar para agricultura de subsistência (Radin *et al.*, 2016).

Pelas mãos desses neoeuropeus, pretendia-se que a incompletude subtropical alcançasse o seu devir a partir da transformação de extensas áreas de florestas em campos

de cultivo agrícola, pequenas vilas ou distritos solidamente cimentados pela solidariedade religiosa, tão prósperos quanto as sociedades europeias ou norte-americanas. Portanto, no planalto Sul subtropical, geraram-se, com o movimento histórico, ao menos dois pontos fundamentais de diferenciação em relação ao Brasil tropical: o melhoramento e a adaptação europeia ao clima, em contraposição à degeneração; e, em segundo lugar, a *expertise* necessária para um novo movimento de colonização, desta vez não mais ao Oeste, mas em direção aos trópicos – dessa vez, com colonos de origem europeia ‘aclimatados’ às Américas.

Para finalizar esta discussão, a próxima seção demonstra como a formação de um campesinato nas zonas subtropicais gerou uma massa excedente de mão de obra que foi absorvida pela agroindústria, pelos movimentos sociais ou pela migração, mas, sobretudo, como representação de um darwinismo técnico-racial, foram investidos recursos em parte desse campesinato para a formação de um novo retrato do Brasil: o dos agricultores sulistas que conquistaram os trópicos.

Um pedaço da Europa na América do Sul: modernização agrícola e questão ‘técnico-racial’

Como Michael Adas expôs, foram introduzidos nas ilhas das Filipinas arados e tratores mecanizados, fertilizantes químicos e sementes híbridas, sendo isso apropriado ou não para os solos tropicais e clima de monção daquele lugar. Os administradores coloniais e consultores visitantes enfatizaram os aspectos cientificamente fundamentados e voltados para a conservação da abordagem americana. Mas a retórica oficial e a natureza dos programas financiados deixaram poucas dúvidas de que a prioridade do regime colonial era construir uma economia de exportação florescente com base em um setor agrícola filipino revitalizado e orientado para o mercado. Como vários administradores enfatizaram, a intenção do regime era criar uma população rural constituída, em grande parte, por agricultores proprietários de terras comprometidos com a produção para o mercado. Não por acaso, se realizada, esta visão transformaria os camponeses filipinos em uma classe que se assemelhava muito aos agricultores idealizados, independentes e empreendedores que haviam transformado a América do Norte em um dos celeiros do mundo. Mas os formuladores de políticas coloniais insistiram que o investimento privado, a empresa capitalista e a competição de mercado, em vez de uma intervenção governamental extensiva, eram a chave para moldar as Filipinas a algo semelhante a um “Iowa glorificado”, um dos símbolos da modernização agrícola

(Adas, 2006, p. 174). Um experimento de modernização semelhante, que misturou Estado e iniciativa privada nas Filipinas, foi realizado com os neoeuropeus na Fronteira Sul do Brasil a partir da década de 1970. Antes disso, outras questões se apresentavam ao debate.

No contexto de busca por soluções para a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre e pelo embranquecimento da população, o caminho encontrado pelas elites do Sul do país foi o incentivo à vinda de imigrantes de diversas origens, predominantemente italianos, alemães e poloneses. Instalados na região do Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha, o processo de construção de vilas e cidades durante a segunda metade do século XIX foi caracterizado mais por desencontros do que por qualquer noção de sucesso. Adalberto Jahn, um dos entusiastas da construção de colônias alemãs, divulgou um relatório, em 1871, onde narrou os avanços dos assentamentos e, ao mesmo tempo, relacionou seu sucesso ao clima. Em suas palavras, “o clima é, como nas outras partes da Província [Rio Grande do Sul], temperado e excelente, de maneira que o europeu, e principalmente o alemão, ali goza boa saúde” (Jahn, 1871, p. 34). Jahn relatou que, embora não existisse gelo ou neve, ‘como na Europa’, exceto na região serrana, as chuvas com ventos frios faziam “descer o termômetro abaixo de zero” e, de maneira diferenciada em relação aos trópicos, “o corpo do homem restabelece-se das consequências do calor excessivo que experimenta no verão e mesmo no outono” (Jahn, 1871). O clima teria também influência sobre a baixa incidência de enfermidades, tornando o Brasil conhecido na Europa: “As epidemias e as enfermidades endêmicas nos países tropicais raras vezes aparecem”. Finalmente, o estrangeiro europeu, que vem para aqui, não precisa aclimatar-se, como “acontece com aquele que emigra para os países quentes” (Jahn, 1871, p. 36).

Obviamente, o relato de Jahn é apenas um entre tantos que buscam promover a vinda de europeus, nesse caso de alemães, para a região Sul do Brasil; e muitos seriam os exemplos de que tais convicções contrastavam com a brutalidade do trabalho cotidiano dos colonos. No caso dos italianos, por exemplo, a narrativa contrastava com a de Jahn: para a construção de linhas e vilas, em 1875, empregou-se a mão de obra em atividades de acesso aos próprios lotes, como a derrubada de árvores e a abertura de estradas, sendo admitidos para a tarefa homens, mulheres e crianças. Ao chegarem aos lotes, preparavam um pequeno “descampado, de preferência junto à água, e construíam uma cabanazinha de taquara, coberta de folha e ervas” (Costa *et al.*, 1992, p. 72). A prática agrícola adotada era semear “ao acaso, sem saber se obter[ia] alguma colheita”, porque “os colonos não conheciam o clima e as estações locais (Costa *et al.*, 1992, p. 72). Portanto, não é

possível afirmar que os neoeuropeus foram privilegiados de todas as formas pelos governos locais e de seus países de origem: a luta contra a floresta, a construção de uma nova sociedade e sua reprodução ficaram a cargo desses colonos: “a colonização europeia promoveu mudanças profundas na fauna e na flora sul-rio-grandenses” ao longo do tempo, “provocando impactos ecológicos a partir de uma agricultura baseada em queimadas, da caça indiscriminada de animais silvestres e da exploração madeireira” (Bublitz, 2006, p. 12-13).

Para as elites locais, no entanto, o europeu se assemelhava a “uma divisão dos caucasianos cuja principal característica é o desenvolvimento tecnológico e o comportamento político, muito mais que qualquer traço físico” (Crosby, 2001 p. 13), e os neoeuropeus levavam adiante muitas destas percepções, realçando o interesse local em assentá-los sobre os territórios do continente. O ponto da minha discussão aqui é demonstrar que os governos locais optaram pelo incentivo migratório desses neoeuropeus para colonizar a Fronteira Sul do Brasil baseando-se em uma noção de raça, pois, em situação similar à dos lavradores nacionais, muitos intelectuais apontavam que não existiria uma supremacia técnica dos (i)migrantes. O antropólogo alemão Emílio Willems, por exemplo, apontou que, na colônia Feliz, estado do Rio Grande do Sul, “os imigrantes alemães resolveram, em 1846, trabalhar apenas dois ou três dias por semana”, de forma semelhante aos caboclos; nos dias em que não trabalhavam, os colonos reuniam-se “em bebedeiras” (Willems, 1944, p. 10-11). Finalmente, com o esgotamento das terras, os colonos tendiam a regressar à velha agricultura extensiva, tão criticada quando praticada por indígenas e caboclos. Somando-se à pressão demográfica, os colonos se tornariam seminômades: “o nomadismo agrícola dos colonos significa o domínio da rotina”, afirmou Willems, pois “os mesmos processos repetem-se através de gerações, os filhos começam no mesmo ponto em que os pais e avós começaram, sem a menor possibilidade de aumentar o acervo cultural. Exatamente como entre caipiras legítimos” (Willems, 1944, p. 11). Esse fenômeno, em certos aspectos, é comum, também referido por Carlos Borges Schmitt sobre os “caipiras louros de Santo Amaro, de Guareí”, ou “os japoneses de Registro”, cidades do interior de São Paulo em que os neoeuropeus ou neoasiáticos repetiam o modo tradicional de produção agrícola (Schmidt, 1946, p. 48).

No relatório de Adalberto Jahn, contudo, há uma síntese narrativa do porvir: com mais benesses, os alemães e outros grupos neoeuropeus desfrutariam das maravilhas da terra – obliterando as populações locais de seus projetos. Com o esgotamento dos solos, nas décadas seguinte, somando-se à crescente demografia – o que causou a múltipla divisão da propriedade familiar entre os filhos

e, com isso, sua inviabilidade econômica –, a solução de reprodução social desse campesinato repousou no avanço da fronteira agrícola e colonial para o Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde, décadas mais tarde, entrecruzaram-se com outro fluxo migratório, de maioria ucraniana e polonesa, assentado no Centro-Leste do Paraná. Para consolidar esse projeto, o racismo de Estado, que já selecionou (i) migrantes brancos para povoar a terra, empreenderia um próximo passo e estabeleceria uma luta contra as ‘raças ruins’: evocando práticas da colônia e império, grupos locais empreenderam o sequestro, a expulsão das terras ou o extermínio de negros, caboclos ou população indígena, que resistiu (Renk, 2014; Radin, 2009).

A posse, a grilagem ou a concessão de terras por parte do Estado para grupos privados, nesse sentido, retomou o conceito prussiano, abrasileirado na Lei de Terras de 1850. E, portanto, nesse ponto, a situação enfrentada pelos posseiros na região da Fronteira Sul do Brasil se assemelhou ao descrito anteriormente por Scott: a primeira fase de invasão das terras caracterizou-se pela atuação dos bugreiros, com o objetivo de expulsar ou aniquilar as populações de pele percebida como mais escura e/ou que não possuíam o título da terra; esse processo foi seguido da atuação dos grileiros ou técnicos do estado imbuídos do reconhecimento e da titulação das terras; após esse movimento, destaco a atuação das companhias colonizadoras e, enfim, dos colonos. Portanto, a colonização dessa região ocorreu principalmente através de empresas em três momentos: o primeiro, incipiente, entre as décadas de 1910 a 1920; seguido do seu auge, entre 1930 e 1950; e, finalmente, sua conclusão, na década de 1960 (Radin, 2009, p. 13).

Abandonados praticamente à própria sorte nessa região, os colonos realizaram, em parte, o trabalho historicamente destinado ao Estado: derrubaram as vastas matas, construíram estradas e pontes, escolas, postos médicos, pequenas agroindústrias e, finalmente, concluíram, em parte, a tarefa de branqueamento, ao expulsarem índios e caboclos – e se apossarem de suas terras – ou os incorporarem de maneira subalterna à extração de erva mate, à exploração madeireira ou às tarefas sazonais de plantio e colheita. A partir da década de 1960, a região da Fronteira Sul do Brasil tinha se embranquecido e subtropicalizado em sua autoimagem, apresentando paisagens rurais que emulavam vilas europeias – por vezes, imaginárias. Majoritariamente até a década de 1970, embora ainda persistente em algumas áreas rurais da região, os colonos viveram uma “sociodisseia às avessas” (Renk, 2000), com a tecnificação agrícola e o crescimento urbano. Rompendo com o modo de vida colonial, “a percepção da condição camponesa passa de emblema a estigma” (Renk, 2000,

p. 23). Por outro lado, principalmente com a política da ditadura militar, o apoio à expansão técnica agrícola da revolução verde reorganizou os programas de extensão rural brasileiros a partir da agricultura de larga escala; com o atrativo valor das terras em outras regiões do Brasil e da América do Sul, uma nova onda migratória, oriunda da Fronteira Sul, se espalhou em diversas direções: chegou a Uruguai, Argentina e Paraguai; no Brasil, do campo para a cidade ou para as mais diversas regiões do país, constituindo núcleos em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Goiás e Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), não mais como camponeses – ou como camponeses em ascensão social –, mas como uma elite técnico-racial, com maior facilidade de crédito, organização associativa e poder político (Silva e Radin, 2015). Como, enfim, uma elite racial vitoriosa na adaptação dos trópicos aos projetos civilizatórios – que contou com um fundamental apoio dos governos nacionais.

Considerações finais

Weinstein, em seu argumento, evocou como os paulistas insistiram em uma hierarquia de identidades regionais durante a década de 1930. Essa hierarquia, e não a diversidade, foi evidente também no caso dos agricultores neoeuropeus do Sul do país, mencionada no presente artigo. Mais do que uma única fórmula, pautada nas percepções raciais, argumento, por outro lado, que são várias as evidências de um privilégio baseado na raça que fortaleceu esses grupos: em nível nacional, enquanto uma corrente euclidiana afirmava que a população rural tradicional poderia receber impulsos modernizadores – o que, de fato, ocorreu em alguns casos –, a opção sulista predominante foi pelo incentivo migratório e pelo investimento técnico em neoeuropeus. Mais do que em qualquer outro território brasileiro, talvez, as ideias de civilização e modernidade assentaram-se tão bem em um grupo social – ao menos na percepção de governos e intelectuais pró-branqueamento. De maneira complementar, não é possível afirmar que as condições políticas nacionais impuseram a vitória desses agentes modernizadores: alguns eventos globais sintetizaram um modelo de agricultura, introduzida no Brasil e em outros países do sul global com o intuito de se diferenciar do modelo latifundiário e agroexportador. Baseado em uma pretensa racionalização espacial e no uso da coerção à moda prussiana, a agricultura científica norte-americana aprofundou esse modelo e intensificou a seleção das características desejáveis tanto em humanos como em não humanos, a partir dos diálogos entre genética, eugenia, *breeding* e agricultura. Certamente, essas foram as duas tecnologias de poder distintivas de outros modelos

agrícolas, como a *plantation*, a agricultura orgânica e agroflorestal ou o cultivo tradicional.

Portanto, com esse raciocínio, é possível abrir uma agenda de pesquisa para além da própria noção de racismo de Estado, de Foucault, pois parte importante da introdução dessa base hierárquica em programas agrícolas replicáveis não foi obra apenas do poder nacional; foi incorporada a ele por cientistas, agricultores, empresas e técnicos agrícolas nem sempre a serviço da nação. Assim, se a modernização foi aguardada pela intelectualidade política de esquerda no Brasil como forma de quebrar os laços patriarcais e patrimoniais (Vianna, 1991) e, com isso, questionar o latifúndio e o passado escravocrata a partir de uma reforma agrária e de mobilização dos agricultores e camponeses, penso que, com as informações deste artigo, é possível observar a questão sob uma ótica relativamente nova. Isso porque, na concepção desse paradigma agrícola que é, desde a ditadura civil-militar, introduzido para grandes e pequenos produtores quase que indistintamente, uma noção racializadora lhe é externa e interna: é externa porque se refere à coerção sobre a posse da terra, as formas de crédito, os insumos comerciais prescritos e a arquitetura padronizada das fazendas e granjas modernas; e é interna porque, mesmo em pequenas propriedades de trabalho familiar, um modelo altamente radical de seleção de espécies e características desejáveis pode ser visto em uma pequena plantação de milho – como o híbrido filho da revolução genética norte-americana do início do século XX ou dos organismos geneticamente modificados, seus descendentes mais longínquos – ou até mesmo em um aviário que abriga uma espécie modificada para fins de consumo humano. A racialização das relações agrícolas produziu e continua produzindo novos não humanos.

Finalmente, essa abordagem estrutural apresenta problemas que, pela limitação de espaço e de tempo, podem ser investigados com maior detalhamento a partir de estudos de caso, principalmente em relação aos países do Cone Sul e de variáveis de gênero, classe e cultura, por exemplo. O importante é entender que esse processo histórico ligado às origens da modernidade não foi concluído com o assentamento de migrantes em uma determinada região; a história é contínua nas novas ondas de migração, na transformação do meio ambiente e na subjugação de novos povos.

Referências

- ADAS, M. 2006. *Dominance by design: technological imperatives and America's civilizing mission*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.
- BUBLITZ, J. 2006. Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924). In:

- III Encontro das Anppas de 23 a 26 de maio de 2006. Brasília, DF, ANPAS.
- CASTELO BRANCO, G. 1997. A modernidade em Foucault: uma breve exposição. *Princípios*, 1(5):137-146.
- CELSO, A. 1900. *Por que me ufano de meu país: right or wrong, my country*. 4ª ed. revista. Rio de Janeiro, Paris, H. Garnier, Livreiro e Editor.
- CONTERIO, J. 2015. Inventing the subtropics: an environmental history of Sochi, 1929-1936. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, 16(1):91-105.
<http://dx.doi.org/10.1353/kri.2015.0004>
- COOK, O. 1928. Quenching the life of the farm: how the neglect of eugenics subverts agriculture and destroys civilization. *Journal of Heredity*, 19(11):487-497.
<https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jhered.a102927>
- COSTA, R.; DE BONI, L. A.; SALVAGNI, N. 1992. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia.
- CROSBY, A. 2001. *Imperialismo ecológico*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CUNHA, E. 1905. *Os sertões (Campanha de Canudos)*. 3ª ed. corrigida, Rio de Janeiro, São Paulo, Laemmert & C. Livreiros e Editores. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5351>. Acesso em: 23/12/2021.
- DUTRA E SILVA, S. 2017. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro, Mauad.
- FOUCAULT, M. 2001. *Ditos e escritos: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, vol. 3.
- FOUCAULT, M. 2012. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP.
- HABIB, P.; WEGNER, R. 2014. De plantas y hombres: cómo los genetistas se vincularon a la eugenesia en Brasil (un estudio de caso, 1929-1938). *Asclepio*, 66(2):1-14.
<http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2014.17>
- HAYS, W. 1913. The farm, the home of the race. *Journal of Heredity*, 4(1):11-21.
- HOCHMAN, G. 2006. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC.
- HOLANDA, S. 1994. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JACKSON, L. 2001. A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antônio Cândido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(47):127-140.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300008>
- JAHN, A. 1871. *As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brasil*. Leipzig, em Comissão de F. A. Brockhaus.
- KIMMELMAN, B. 1983. The American Breeders' Association: genetics and eugenics in an agricultural context, 1903-13. *Social Studies of Science*, 13(2):163-204.
- LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica*. São Paulo, Editora 34.
- LEFF, E. 2015. Political ecology: a Latin American perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35(1):29-64.
<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>
- LIMA, N. 1999. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ, UCAM.

- LOBATO, M. 1994. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 179 p.
- MYSKIW, A. 2016. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: J. C. RADIN; D. VALENTINI; P. A. ZARTH (org.), *História da Fronteira Sul*. Chapecó, Ed. UFFS, p. 43-72.
- PULIDO, L. 1996. Introduction: environmental racism. *Urban Geography*, 17(5):377-379. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.17.5.377>
- RADIN, J. 2009. *Representações da colonização*. Chapecó, Argos.
- RADIN, J.; VALENTINI, D.; ZARTH, P. (org.). 2016. *História da Fronteira Sul*. Chapecó, Ed. UFFS.
- RENK, A. 2000. *Sociodisseia às avessas*. Chapecó, Editora Universitária Grifos.
- RENK, A. 2014. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Cadernos do CEOM*, (23):37-71.
- ROSENBERG, G. 2016. A race suicide among the hogs: the biopolitics of pork in United States, 1865-1930. *American Quarterly*, 68(1):49-73. <https://doi.org/10.1353/aq.2016.0007>
- SAID, E. 1996. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTOS, L. 1985. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 28(2):193-210.
- SARAIVA, T. 2016. *Fascist pigs: technoscientific organisms and the history of the fascism*. Cambridge, MIT Press.
- SCHMIDT, C. 1946. *O meio rural: investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas*. 2ª ed. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.
- SCOTT, J. 1995. State simplifications: nature, space and people. *The Journal of Political Philosophy*, 3(3):191-233. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.1995.tb00035.x>
- SILVA, C.; RADIN, J. 2015. A longa marcha do “desmatamento civilizador” rumo ao Cerrado: uma história da migração sulista e suas relações com o ambiente. In: D. VALENTINI; V. MURARO (org.), *Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai*. Porto Alegre, Chapecó, Letra e Vida, UFFS, p. 271-292.
- SILVA, C. 2015. *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Guarapuava, UFPR, Unicentro, Curitiba.
- SILVA, C. 2018. Entre Fenix e Ceres: a Grande Aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. *Varia Historia*, 34(65):409-444. <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000200006>
- STEPAN, N. 2005. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz.
- STROSS, R. 1986. *Stubborn Earth: American agriculturalists on Chinese soil, 1898-1937*. Los Angeles, University of California Press, 273 p.
- SUBRAHMANYAM, S. 1997. Connected stories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, 31(3):735-762.
- TSING, A. 2015. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha*, 17(1):177-201.
- UEKÖTTER, F. (org.). 2014. *Comparing apples, oranges, and cotton: environmental histories of the Global Plantation*. Frankfurt-on-Main, Campus Verlag.
- VIANA, O. 1938. *Raça e assimilação*. 3ª ed. aumentada. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 287 p.
- VIANNA, L. W. 1991. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ, UCAM.
- WEGNER, R. 2017. Dois geneticistas e a miscigenação: Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). *Varia Historia*, 33(61):79-107. <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000100005>
- WEINSTEIN, B. 2006. Racializando as identidades regionais: São Paulo X Brasil, 1932. *Revista Esboços*, 13(16):281-303.
- WILLEMS, E. 1944. *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Submetido em: 28/12/2021

Aceito em: 02/04/22